

Coleção “Panem nostrum” n° 3

A Regra do coração

IX. XC+.

A Pobreza

A Obediência

Padres e Irmãos Barnabitas

2017

A Pobreza

Cagni, Giuseppe, A Pobreza, Rio de Janeiro 2017
Tradução do original italiano La Povertà, Firenze 1980 por
Pe. Luiz Antônio do Nascimento Pereira CRSP

Espiritualidade zaccariana

Aos Barnabitas, Angélicas, Leigos de São Paulo e a todos que amam
Santo Antônio Maria Zaccaria

Nossa capa: Pe. Wagner Domingos Barbosa CRSP
São Paulo Apóstolo
Vitrail da Capela do Estudantado São Barnabé
Alto da Mooca, São Paulo (SP)

De fato, vocês conhecem a generosidade
de Nosso Senhor Jesus Cristo; ele, embora fosse rico,
se tornou pobre por causa de vocês,
para com a sua pobreza enriquecer a vocês
2Cor 8,9

Livre-se de tudo para possuir a Deus que é tudo!
Vá livre para Deus e não se agarre a coisa alguma, ...
recebendo o fruto e o uso delas, mas deixando
de lado todo o afeto. (20614 ... 20616)

APRESENTAÇÃO

Trataremos no volume 3 da Coleção “Panem nostrum” a respeito da pobreza. Este assunto foi colocado, de propósito, depois do nº 2, dedicado ao Cristo Crucificado, porque a pobreza consagrada é uma participação real no mistério da Cruz e uma expressão quase sacramental da *kênosis* do Senhor. De fato, Ele continua a parte dolorosa do seu mistério pascal através da vida amorosa e crucificada da Igreja e especialmente dos religiosos, que dão testemunho de que Deus e o seu Reino são, verdadeiramente, o “único necessário”. Esse testemunho se dá pela Profissão pública e perpétua do voto de pobreza.

Esta reflexão sobre a pobreza nos foi proposta para o período do ano (Advento) em que ela se torna mais oportuna, pois nos lembra que somos servos de um Deus que, ao se encarnar, assumiu a nossa condição de pobreza, para preenchê-la com a sua riqueza.

Hoje em dia (1980), está na moda fazer discursos exaltando a pobreza e muitos se vestem como os maltrapilhos, mas, muitas vezes, somos mais ricos de coração do que os próprios ricos. Podemos afirmar com boa margem de certeza, que os homens do nosso tempo têm medo de ser pobres de verdade. É o lucro que dá o tom para a vida da nossa sociedade. Renunciamos a tudo, menos ao dinheiro. Tudo o que fazemos é para ganhar dinheiro. Percebe-se, no mundo de hoje, a intuição fundamental de Santo Agostinho expressa claramente na sua obra principal: *São duas as civilizações que se opõem neste mundo: este contraste tem seu fundamento naquilo que caracteriza cada uma, ou seja, a cobiça numa e a caridade na outra*” (De Civitate Dei 14,28).

Na Igreja do pós Concílio Vaticano II, a problemática acerca da pobreza também foi colocada em destaque com uma veemência impressionante. Clero, religiosos e leigos se mexeram insistentemente para viverem um estilo concreto de pobreza, desejando que a Igreja voltasse à vida pobre dos primeiros tempos. Pode ser que, em tudo isso, haja muito romantismo ou, quem sabe,

até um pouco de demagogia, pois somos obrigados a reconhecer que o que se professa nem sempre corresponde à prática da vida ou, se corresponde, é de maneira superficial, epidérmica. Por outro lado, pode ser que esta forma de vida seja um autêntico e grande dom do Espírito, pois muitas pessoas de boa vontade se comprometem realmente com o conformar a própria vida de maneira coerente com os seus ideais.

Podemos dizer que todas as Congregações sentem a necessidade de uma profunda revisão de vida em matéria de pobreza, não para jogar fora o que têm, - já que a problemática da pobreza não se reduz ao fato nu e cru do ter ou do não ter -, mas para esclarecer, antes de mais nada, o que significa ser pobre de verdade, para vivermos como pobres na radicalidade evangélica e, finalmente, podermos encarnar o devido testemunho de vida.

Infelizmente, depois do Vaticano II, se insistiu muito na pobreza exterior, com a desculpa de que é preciso dar testemunho! Fazer-se de pobre é fácil: basta renunciar àquilo que não é estritamente necessário; ser pobre é difícil, porque precisamos permitir que Deus ocupe todo o nosso espaço. Não devemos exibir a pobreza, mas carregá-la alegremente sobre os ombros como uma cruz. A verdadeira pobreza não dá espetáculo!

Por tudo isso, a pobreza é o conselho evangélico que apresenta as maiores dificuldades, não tanto de ordem doutrinal e teórica, como acontece com a obediência, mas principalmente de ordem prática. No passado, as coisas eram relativamente fáceis: bastava renunciar aos bens, pedir licença para qualquer ato que envolvesse o uso desses mesmos bens e mostrar uma certa austeridade de vida comum. Hoje sentimos que isso não é mais suficiente, pois não é um “perder-se para se encontrar” e nem comprometer a vida profundamente por causa de Cristo. Isso não quer dizer que a nossa geração já esteja para se tornar santa! - Quem dera! - mas quer dizer que foi sempre difícil seguir as pegadas do Senhor. Mas já não se escutam certos discursos sobre a necessidade da “realização pessoal” ou, se ainda há quem os faça, podemos perceber claramente o seu som como o tilintar

de uma moeda falsa! Mesmo nos reconhecendo fracos e pecadores, sentimos a necessidade de nos comprometermos mais e mais e de forma coerente com um estilo de vida evangelicamente pobre que, afinal, é a forma mais concreta de encarnar o oferecimento de nossa vida a Deus.

Estes simples pensamentos aqui apresentados podem ajudar e iluminar, mas possuir a virtude é o dom com o qual o Espírito coroa o compromisso de cada um.

Florença, Advento de 1980.

Pe. Giuseppe M. Cagni

Nota: Esta apresentação, como se pode constatar foi escrita há mais de 30 anos. Muita coisa mudou de lá pra cá. Será interessante que cada um, ou que cada comunidade avalie os passos dados em matéria de pobreza desde o final do Concílio Vaticano II até os dias de hoje (século 21), tão marcados pela corrupção em matéria econômico-financeira e pelo consumismo. Qual a influência desses males na nossa vida de consagrados? Essa publicação do Pe. Cagni nos ajudará a refletir e a retomar o rumo necessário para uma vivência da pobreza que convença o mundo.

LANP - Rio, agosto de 2017

O âmago da pobreza ou “pobreza interior”

Para entendermos a pobreza religiosa, é preciso que Cristo seja o nosso ponto de partida, enquanto Ele é “salvação” para nós. Cristo nos salva na sua humanidade. Ele se submeteu, por amor, a um processo de humilhação e de morte, para nos anunciar e nos dar os bens futuros, dos quais Ele é Sumo Sacerdote (Hb 9,11). São Paulo, ao descrever a pobreza de Cristo, diz que Ele se esvaziou a si mesmo (Fl 2,6-11). Algo semelhante deve acontecer também na vivência da pobreza religiosa: esvaziarmo-nos de nós mesmos, para nos tornarmos total abertura de coração, disponibilidade e partilha como Cristo o foi. A pobreza de Cristo é uma atitude do espírito, antes de se traduzir num estilo de vida e este exprime e incrementa a atitude do espírito.

Todos sabemos que a pobreza cristã não coincide com a pobreza sociológica, mesmo quando esta for voluntária. Podemos, muito bem, desprezar as riquezas e assumir uma vida de pobre, sem nos tornarmos “pobres em espírito”, assim como deseja a primeira das bem-aventuranças (Mt 5,3). “Crates de Tebas e outros filósofos pagãos, mas nem por isso foram discípulos de Cristo”, é o que líamos tempos atrás numa das homilias de São Gregório Magno que constavam do Breviário no próprio dos confessores não pontífices. A pobreza é, com certeza, um dos valores humanos, enquanto tem poder libertador e reconduz para o essencial; por isso, muitos pagãos a abraçaram. Mas, para os cristãos, a pobreza não é um valor absoluto e sim relativo. Ela não é um ideal em si, mas algo que está a serviço do ideal: a caridade. Ninguém se torna pobre de verdade, só porque ama a pobreza. Despojar-se dos bens é um gesto que está subordinado a um fim a que não se pode renunciar, ou seja, abrir o coração para a verdadeira conversão e para o crescimento na vivência da caridade. Se o pobre renuncia aos apoios terrenos é para que se apoie somente em Deus. E, mesmo que tenha bens materiais, não coloca neles a sua confiança, mas fica com o que é o mais importante deles. O pobre sabe que os bens materiais são dom de Deus e, por isso, os usa “tomados com ação de graças” (1Tm

4,4) e com prudência e atenção, porque sabe, por experiência, que os bens materiais se revestem da “segurança sedutora do possuir” (Evangelica Testificatio 19).

É por isso que a pobreza exterior pode não ter valor algum para o Reino; o importante é o despojamento interior. O verdadeiro pobre não se despoja de si mesmo para vestir-se com farrapos, mas para revestir-se de Cristo e de seus sentimentos (Rm 13,14). Onde falta a pobreza interior, a exterior se torna caricatura, farisaísmo ou fanatismo; torna-se algo anti-cristão e acaba sendo, inevitavelmente, falta de caridade, como se tem visto nos últimos tempos.

A Evangelica Testificatio 7 nos lembra que, pelo voto de pobreza nós consagramos a Deus não os nossos bens, mas nós mesmos. A pobreza exterior nos permite ver o nosso desenraizar-se dos bens criados e o nosso enraizamento em Deus. A pobreza religiosa é uma afirmação existencial que Deus e os bens futuros não são uma quimera, mas uma realidade pela qual vale a pena não só estar dispostos a sacrificar todo o resto mas a sacrificar tudo mesmo. Enquanto a disponibilidade para renunciar a tudo é condição indispensável para sermos discípulos de Cristo (Lc 14,33), o fato concreto de renunciarmos a tudo é, de verdade, a forma permanente e oficial, o específico da vida religiosa, que permite prolongar nos séculos a pobreza de Cristo.

No passado, a pobreza foi vista, antes de mais nada, como meio ascético de purificação e de libertação, acompanhada, quem sabe, por uma tendência ao desprezo de cunho um pouco maniqueísta pelas coisas materiais. Hoje vemos a pobreza como consagração e abandono nas mãos de Deus. O pobre de verdade tem uma percepção especial da gratuidade providente do Pai e sabe que “tudo é graça”.

Esse comportamento não é tentar a Deus, como dizem os laicizantes; pelo contrário, é *expor-nos à tentação* (10904) para nos decidirmos seriamente pela confiança na fidelidade de Deus. Enquanto o rico se preocupa em demasia com as coisas e se fundamenta nelas para garantir seu futuro, o pobre vê claramente a total

inconsistência dessas preocupações (“*Louco, nesta mesma noite você vai ter que devolver a tua vida*”: Lc 12,20) e sabe que o único apoio seguro é Deus.

Se tivéssemos que reduzir a pobreza à mais simples expressão, ousaríamos dizer que ela é *tornar habitual e cotidiano o sentimento, que experimentamos de maneira intensa quando estamos doentes e em situação de risco, isto é, de total dependência de Deus, diante da nossa absoluta impotência.*

Afirmamos que a insegurança é um elemento importante da pobreza, mas só se der à nossa vida um sentido voltado para a providência. Não o dará, se se tornar inconsciência, imprudência ou fonte de angústia. Nosso Deus é o Deus da paz e quer que O sirvamos na serenidade. A insegurança material não tira a paz, quando se apoia na fé e na Providência. Uma coisa são as seguranças humanas e outra coisa as certezas da fé. Quem arriscar, por Deus, tudo o que não é Deus, pode aventurar-se em paz no desconhecido do dia de amanhã, certo da fidelidade do Pai e do estilo de Deus, que normalmente prefere a fraqueza e a fragilidade para mostrar a sua força (2Cor 12,10). Dessa forma, a pobreza se torna a tradução prática da virtude teologal da ESPERANÇA e toda a vida decorre de maneira quase insensível na esfera da caridade.

Mas, se quisermos afirmar que, de verdade, não possuímos nada nessa terra, será preciso transferir para o céu todas as nossas riquezas. Sendo assim, a pobreza se tornará um “sinal” muito apreciado nos nossos dias, como afirma o Perfectae Caritatis nº 13. A avareza também pode tornar-se um sinal; aliás tudo pode ser um sinal *do que somos por dentro*. “*De fato, onde está o seu tesouro, aí estará também o seu coração*” (Mt 6,21).

Onde falta a pobreza interior, a exterior se torna caricatura, farisaísmo ou fanatismo; torna-se algo anti-cristão e acaba sendo, inevitavelmente, falta de caridade.

O “corpo” da pobreza ou “pobreza exterior”

Em vários trechos de seus Escritos, o Santo Fundador chama nossa atenção para a função autenticadora da experiência (cf 10203, 10306, 10601, 10801, 20501 e 31822. Ele alerta para a necessidade de *“adquirir as virtudes verdadeiras e reais e não as fantásticas”* (30901). Não devemos perder de vista esta chamada de atenção do Fundador, pois somos homens e mulheres e devemos homenagear a Deus de maneira plenamente humana. Por isso, para que a nossa pobreza seja humana, será preciso ter não só uma alma, mas também um corpo, ou seja, deve ser algo de concreto, para não correr o risco de virar apenas uma imaginação.

A história, não só a dos fradinhos, nos ensina que, em matéria de pobreza, todo exagero é degeneração. A pobreza exagerada até impressiona, mas não faz crescer, porque não podemos percebê-la como um valor.

Não nos contentemos, também, só com a renúncia exterior aos bens, com a desculpa que imperadores e reis foram pobres, mesmo no luxo próprio de sua condição real. Não somos nem imperadores nem reis e sim pobres homens em exposição, por causa dos enganos da nossa “boa vontade”. O Santo Fundador fala claramente que *“não haverá humildade sem injúrias e desprezo”* (31218) e que *“não há humildade sem humilhações”* (31812). É a mesma coisa para a vivência da pobreza: o desprendimento afetivo deve encarnar-se no desprendimento efetivo; só assim será genuíno e, o quanto possível, equilibrado, mas real e concreto. É uma ilusão achar que é pobre de verdade, se você não sentir falta de alguma coisa.

A nossa renúncia não é maniqueísta, porque não consideramos os bens materiais como coisas prejudiciais e más. Em todos os livros da Bíblia, não há nenhum sinal de pessimismo, por menor que seja, em relação à ordem da criação. No Antigo Testamento, todas as coisas são consideradas boas, porque saíram das mãos de Deus e foram confiadas ao homem, para que as recriasse a cada dia, sempre de acordo com o Criador. O pecado desgastou a ordem da criação, mas não a destruiu. No Novo Testamento se proclama

a restauração da primeira ordem. De acordo com a perspectiva cósmica de Paulo e de João, o Verbo de Deus, - pelo qual e para o qual tudo foi criado -, ao se encarnar e ao redimir, estende a sua eficácia também às criaturas, que sofrem as dores do parto quase promovendo uma nova criação (Rm 8,19-24).

O Santo Fundador apresenta esta doutrina de maneira bem ampla no sexto Sermão ao afirmar que as criaturas são boas e úteis, porque foram criadas por Deus e “*servem ao homem: umas para o seu uso, outras para o seu serviço*” e “*para chegar ao seu Senhor*” (20601 ss). Mas o pecado de Adão contaminou toda a criação com a trama satânica do “serem como deuses”, pela qual as criaturas, mesmo as mais insignificantes, se impõem a nós como ídolos (“esculturas” e “imagenzinhas”, como as chama o Fundador em 20130 e 20136 respectivamente) e se apoderam do nosso amor. “*Caríssimo, cuidado para não tropeçar! A Escritura diz que Deus fez das criaturas “uma armadilha para os pés dos insensatos”*” (20609). Só os estultos se tornam escravos das coisas materiais. Os inteligentes - e todo cristão deve ser inteligente - pode assumir duas atitudes igualmente sábias diante das coisas materiais: fazendo-as voltar à sua função original, assumindo-as de maneira crítica e responsável (“*Todas as coisas, recebendo o fruto e o uso delas, mas deixando de lado todo o afeto*” - 20616), ou renunciando a elas e se separando delas, tendo em vista uma perspectiva de vida mais justa e uma liberdade mais plena (“*Livre-se de tudo para possuir a Deus que é tudo! Vá livre para Deus e não se agarre a coisa alguma*” - 20614; “*Caríssimo, veja em que triste situação se encontram os maus cristãos, diante desta caminhada com que se confrontam! E como se sentem felizes os bons cristãos, livres de todo apego, porque assim não poderão ser separados da sua alegria sem fim e, havendo perdido tudo, possuem tudo*” - 20415)

Veremos, mais à frente, como Jesus se comportou diante dos bens criados pelo seu Pai e será o fundamento para que seus discípulos tenham um comportamento análogo. Basta afirmar que as coisas materiais são bens autênticos, mas provisórios, relativos

e, mais do que isso, estão corrompidos, porque acabam se impondo como absolutos e definitivos. Cristo não contestou a ordem das coisas como está no livro do Gênesis, mas realçou a relatividade dessas mesmas coisas. O único absoluto é Deus e o seu Reino. Tudo isso impõe, não só uma nova postura diante dos bens criados, mas também uma disciplina que se oponha ao nosso instinto açambarcador, que também está presente nas criaturas. Só o amor poderá desatar este nó: *“Nós, pois, embriagados pelas coisas visíveis e sempre presentes e, mais ainda, necessárias, como poderíamos deixar de amá-las, se outro amor mais forte não nos arrastasse? Não é possível! Muito ao contrário, o não gostar de uma coisa nasce do amor por outra: o não gostar das coisas terrestres nasce do amor das coisas do céu!”* (20414); *“É necessário que o homem chegue ao amor de Deus afastando-se de todas as criaturas”* (20611).

Logo após o Concílio, falou-se muito sobre a função libertadora e indispensável da pobreza, mas, em seguida vimos que o cristão, - chamado a viver o espírito das bem-aventuranças -, deve dar um passo maior, ou seja, renunciar aos bens, para ser capaz de fazer suas as escolhas de Cristo. Devemos ser pobres, não para enriquecer a nossa personalidade, mas para chegarmos à estatura de Cristo (Ef 4,13).

Mas é claro que é um grande bem ficarmos livres do espírito arrebatador das riquezas e do nosso “olho gordo”. Cristo não podia visar essas coisas, porque a sua liberdade interior era absoluta e nenhuma coisa criada conseguiria ser obstáculo à sua comunhão com o Pai. Para nós é diferente. Mas, se tivermos a graça de Deus, conseguiremos, quem sabe, descobrir o valor místico das coisas e nos sentiremos sacerdotes do Universo, dando voz e sentido a tudo, como o fez São Francisco. Dessa forma, as coisas não perdem a sua função de ajudar e não de ser obstáculo. Se a nossa relação com as coisas criadas é falsa, a culpa não é delas e sim nossa. As coisas nos proporcionam aquilo que têm e nós pensamos que podemos receber delas o que absolutamente não nos podem dar. Quando consideramos as coisas como elas realmente são, elas permanecem o

que são: degraus para chegarmos a Deus e meios para construirmos a nossa santificação.

Foi-nos dito que a nossa atitude diante das coisas não pode ser nem de pessimismo, nem de otimismo e sim, de indiferença total. Isso pode até valer como um método pedagógico inicial; mas como as realidades terrestres são o ambiente obrigatório onde o homem deve viver e fazer todo o necessário, cedo ou tarde ele deverá prestar contas a elas e isso deve ser muito bem feito. Elevando-se a Deus, o homem deve arrastar consigo todo o Universo. Tanto a criatura-homem como as criaturas-coisas têm um caminho a percorrer, que não deve ser paralizado. Junto com a Teologia de Deus, existe uma Teologia das coisas. A verdadeira pobreza deve, não só efetuar a nossa libertação pessoal, não só incentivar nossos irmãos a se libertarem da escravidão das coisas, mas também deve restituir às coisas a sua função original, livrando-as do desequilíbrio provocado pelo pecado e fazendo-as participar junto conosco dos frutos da redenção. Que elas não sejam “ídolos” e sim “irmãos” e “irmãs”, como as considerou o verdadeiro pobre, São Francisco de Assis na prática do dia a dia.



O exemplo de Jesus

Todos os fundadores de ordens religiosas abraçaram a pobreza e a impuseram aos seus discípulos, afirmando que, dessa forma, queriam apenas seguir o Cristo pobre e imitar o seu estilo de vida. Por isso, será necessário apresentar aqui a doutrina e o exemplo de Jesus em matéria de pobreza, mesmo que de forma bem resumida.

Nós sabemos que a mensagem cristã está profundamente enraizada na tradição judaica, absorvendo desta, vida e vigor, mas não tanto do filão da “pobreza social”, que Israel considerava uma maldição e um escândalo para um povo de irmãos, como todo israelita se sentia; por isso, esse tipo de pobreza deveria ser eliminado a qualquer custo. O filão a ser seguido, então, é o da “pobreza interior”, claramente expressa no Cântico de Ana, na oração de Ester e em muitos Salmos, cujo sentimento foi tão bem resumido pela Virgem Maria no Magnificat, que não pode deixar de fazer parte da economia do Evangelho.

Todos os santos ficaram impressionados com a escolha que Jesus fez para si, pelo menos durante seu ministério público: a de ter um estilo de vida paupérrimo! Que o nosso Fundador englobe a todos quando diz: *“Cristo mesmo já lhe fez este convite, quando deu o exemplo, renunciando a todos os bens terrenos, abraçando as desonras, renunciando às consolações espirituais e temporais e aceitando toda desolação e abandono não somente por parte dos homens, mas também do Pai e isso só para a nossa utilidade! E se Ele foi por este caminho, por que nós vamos ainda pensar que é possível ir por outro?”* (20615). Notem que o nosso Santo, acostumado a ver Cristo como “Crucificado”, sempre liga o mistério da pobreza de Cristo ao mistério da cruz. De fato, Cristo nos apresenta a forma suprema da pobreza nos seus últimos instantes de vida: se houvesse um grau de pobreza e de amor mais profundo do que aquele instante de vazio sobre a cruz, Cristo o teria assumido e os Santos O seguiriam. Antônio Maria Zaccaria acertou em cheio!

Mas, na verdade, a vida inteira de Cristo está marcada pela pobreza: sua pátria, a Galiléia, Província desprezada; Nazaré, sua

cidade: “Pode surgir alguma coisa boa de Nazaré?” Sua família tinha origem real, mas sua importância tinha decaído fazia quatro séculos; nasceu num berço que era uma mangedoura dentro de uma gruta; sua infância, Ele a passou no Egito como imigrante, morando numa casa de operários, profissão que assumiria mais tarde. A vida pública de Jesus foi a de um pobre (*“As raposas têm tocas e os pássaros têm ninhos; mas o Filho do Homem não tem onde repousar a cabeça”* - Lc 9,58). Ele se sustentou à base de esmolas e chegou a passar fome (Mc 2,23); morreu na miséria absoluta, nu, abandonado por Deus e pelos homens e foi sepultado num túmulo de favor.

Se considerarmos toda a vida e a obra de Cristo, só nos vem uma palavra: *pobreza*, ou melhor, *kénosis*. No momento da Encarnação já está presente um abismo, no mistério da cruz há um buraco sem fundo e no mistério da Eucaristia, o aniquilamento de Cristo é diário e está ao nosso inteiro alcance.

Por que?

Porque a pobreza é a expressão mais poderosa do amor. *“Não existe amor maior do que dar a vida pelos amigos”* (Jo 15.13). Cristo quis despojar-se de tudo, inclusive de Si mesmo, não por amor à pobreza, mas por amor aos homens. A renúncia é o critério que dá veracidade ao amor.

Jesus prega seu Evangelho de amor-pobreza a todos, ricos e pobres e manda os apóstolos fazerem o mesmo, para que todos o aceitem. A família de Betânia, o chefe da sinagoga, Zaqueu, José de Arimatéia e Nicodemos não eram pobres socialmente; e nem tantas pessoas que aparecem como protagonistas importantes nos Atos dos Apóstolos, mas todos aceitaram o Evangelho. Não nos escandalizemos, também, se vemos Jesus pouco antes de morrer, vestindo um manto que custava caro (Jo 19,23-24), ou se consideramos que Ele possuía uma bolsa que, às vezes estava tão bem fornecida, que Ele mesmo podia dar esmolas para os pobres (Jo 13,29). Jesus ensina que a pobreza é uma atitude interior, que se traduz como dependência absoluta de Deus Pai; o próprio Jesus é exemplo perfeito dessa

atitude, que se torna total disponibilidade para com o próximo; para homens e mulheres, Jesus é “pão entregue” e “sangue derramado”, mesmo antes do seu sacrifício. Essa atitude de Jesus é renúncia a qualquer poder humano, para contar, principalmente e sem sombra de dúvida, com o poder de Deus, que sempre tem a sua hora já decidida e decisiva. Sendo assim, podemos entender o conceito de “Servo de Javé” ou, para nós hoje, de “servos de Deus”, pois estamos a serviço do poder de Deus.

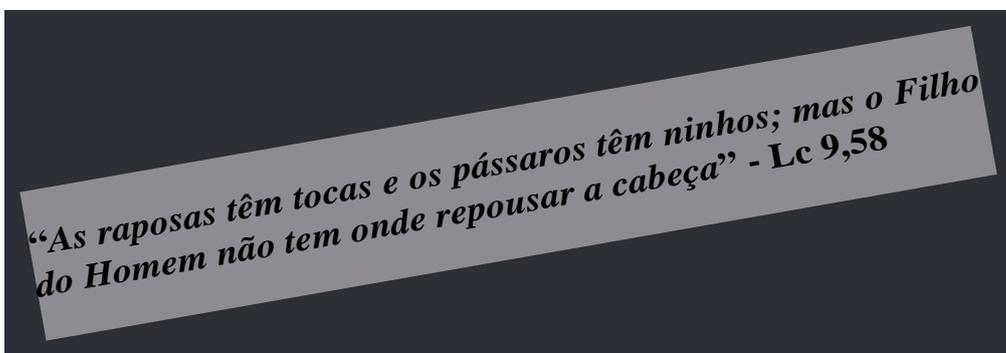
Inicialmente, Jesus nunca impôs aos seus discípulos que renunciassem aos bens materiais, porque a pobreza não é um fim e sim, um meio. Ele simplesmente convida para que O sigam: é a condição para entrar no Reino de Deus. A renúncia aos bens terrenos pode ser uma condição para concretizar a “sequela”.

Caso os bens terrenos se tornassem um obstáculo ou dividissem o coração (*“Ninguém pode servir a dois senhores”* - Mt 6,24; Lc 16,13), seria necessário renunciar a eles e considerá-los como inimigos, da mesma forma que se deve renunciar ao olho ou à mão direita, quando se tornam ocasião de escândalo (Mc 5,29-30). Será preciso, também, nesse caso, renunciar às pessoas queridas, aos nossos pais e até à nossa própria vida, caso nos impeçam de ser discípulos (Lc 14,26-37). É óbvio que a renúncia às pessoas queridas não implica em nenhum juízo pejorativo e o mesmo se aplica à renúncia aos bens terrenos. Jesus, é claro, não desconhece a obra de seu Pai.

Ao contrário, será preciso destacar um elemento novo nas palavras de Jesus, que nos mostra um dos aspectos fundamentais da pobreza: *“Vai, vende ... e dá aos pobres”* (Mt 19,21). A pobreza cristã só tem valor se for para criar comunhão. Ela não é despojar-se só por despojar-se, mas para dividir com o próximo o que temos, sabendo que a nossa oferta chegará ao Cristo através do próximo (Mt 25,40 e 10216). Eis porque a pobreza religiosa não serve para uma capitalização em comunidade, mas para nos enriquecermos reciprocamente de caridade, por meio, exatamente, da nossa pobreza comunitária. Anos atrás discutimos bastante a respeito dos funda-

mentos evangélicos da pobreza e fizemos a revisão de uma série de textos, para estabelecer se podíamos tirar deles que a pobreza é um conselho pra poucos, ou um preceito pra todos. Não levemos em conta esta questão inútil. O Concílio afirmou expressamente que a pobreza não é só para a Vida Religiosa, mas é para todos os cristãos, quer sejam do clero secular (PO 17), quer sejam leigos (AA 4), já que a Igreja deve perpetuar o mistério da pobreza de Cristo. Para nós, Barnabitas, é oportuno lembrar a doutrina do Santo Fundador a respeito da relação preceito-conselho. Para Santo Antônio Maria Zaccaria, esta distinção tem valor apenas propedêutico, que nos estimule psicologicamente a viver a opção radical e incondicional por Cristo.. Uma vez que fizemos a nossa opção, todo o resto se torna corolário (cf 20621).

De qualquer forma, a autenticidade evangélica da pobreza se mede não tanto pelos textos, mas pelo fato que Cristo viveu pobremente. Segui-Lo significa percorrer o mesmo caminho.”O nu segue o Cristo nu”: esse era um slogan medieval bem conhecido do nosso santo Fundador e com o qual ele concordava plenamente. *“Eles pensam que podem chegar ao máximo da perfeição (o que é impossível), mas estão carregados com muitos pesos”* (31229); *“Você pensa em caminhar para a perfeição carregando consigo todos esses pesos? Despoje-se deles! Despoje-se! Do contrário, você não chegará!”* (20428) Jesus crucificado e privado de tudo é, por si mesmo, um forte apelo à renúncia total.



“As raposas têm tocas e os pássaros têm ninhos; mas o Filho do Homem não tem onde repousar a cabeça” - Lc 9,58

Um pouco de história

É significativo que, desde os primeiros tempos da Igreja, a pobreza evangélica venha suscitando forte atração nos corações e se tenha tornado uma constante em todos os tempos da História. É bem provável que apenas uma minoria a tenha praticado autenticamente, mas essa minoria sempre existiu na Igreja como anúncio existencial do Evangelho que talvez convença mais do que o anúncio feito só com palavras.

Jesus foi, para nós, a *revelação da pobreza*, muito mais do que um simples modelo de determinado tipo de pobreza. Não é possível deduzir, a partir do Evangelho, que Jesus tenha optado por este ou aquele tipo sócio-cultural de pobreza. Cada época a viveu de forma diferente, segundo as prementes realidades históricas. Todos esses tipos de viver a pobreza são autênticos, mas sempre periféricos, porque seu núcleo continua sendo o conteúdo existencial fundamental e imutável para todos: confessar com a própria vida que Deus é verdadeiramente Tudo pra nós, o Absoluto, a cujo amor tudo deve estar subordinado.

O primeiro exemplo histórico de vivência da pobreza depois da Ascensão do Senhor é o da primeira comunidade da Igreja de Jerusalém, que consistiu na comunhão dos bens (At 2,25 e 4,32-35). Mas este não foi o único modo concreto de viver a pobreza: por exemplo, as comunidades de Paulo não colocaram os bens em comum, mesmo vivendo profundamente a *koinonia* e a caridade para com os mais pobres. Com o passar do tempo, a forma da Igreja de Jerusalém se mostrou insustentável e foi preciso recorrer à caridade das igrejas paulinas para diminuir a própria miséria da Igreja mãe (cf. 1Cor 16,1-3; 2Cor 8,9; Rm 15,25-28). Estas situações tornaram clara uma lição que se repetiria muitas vezes ao longo da história: em matéria de pobreza é muito difícil conciliar o ideal com o real, sem cairmos ou na lassidão ou no rigorismo. É preciso procurar sempre o equilíbrio generoso! Para viver como os pássaros do céu e como os lírios do campo, seria preciso ser pássaros e lírio, mas somos e permanecemos humanos. No entanto, é muito instrutivo

observar a perícia criativa dos pássaros na procura de comida e a tenacidade de uma erva na procura da luz. Os santos sofreram o desgaste provocado pela tensão entre o ideal e o real. A síntese entre ideal e real sempre será algo extremamente pessoal, ligado ao nosso íntimo relacionamento com Cristo, porque Deus não olha para o que uma pessoa dá, mas ao que ela pode dar.

No tempo das perseguições, a História da Igreja fala pouco de pobreza, porque os cristãos eram pobres sociologicamente e evangelicamente. De fato, a quase totalidade dos cristãos provinha das classes menos favorecidas da sociedade e o próprio fato de serem cristãos os marginalizava e os colocava numa situação de extrema precariedade, que só era superada por causa do amor apaixonado que eles tinham por Cristo e os tornava quase que indiferentes à sua situação social.

Quando foi promulgada a paz do imperador Constantino e com as muitas doações que os cristãos fizeram para as comunidades, seguindo seus ideais de fraternidade, a Igreja começou a se tornar uma potência. O problema da pobreza voltou, então, à ordem do dia. É bem verdade que os recursos financeiros da Igreja foram usados de maneira muito ampla para fazer caridade, sem que se fizesse distinção entre os beneficiados, cristãos ou não. Isso foi reconhecido com raiva pelo imperador Juliano, o Apóstata (*“Dum nullus ex Iudaeis mendicat, dum impii Galilaei pauperes suos et nostros nutriunt ignominiosum est quod pauperes nostri omni auxilio ex parte nostra destituti videantur”* - Enquanto nenhum judeu é mendigo, enquanto os partidários do ímpio Galileu acodem os seus pobres e os nossos, é vergonhoso que os nossos pobres se vejam desprovidos do nosso auxílio). Mais adiante, os bispos começaram a fazer uso do patrimônio da Igreja em benefício próprio; tanto foi assim, que alguns deles, durante os sínodos, correram o risco de serem destituídos, por causa do seu luxo excessivo. Foi então que começou a fuga para o deserto e surgiu a vida eremítica. Exatamente neste momento, quando a massa pagã abre seu coração para o fermento do cristianismo, os melhores cristãos fogem desses batizados ainda não

convertidos interiormente e vão procurar, no deserto, uma prática ascética semelhante ao martírio, com a finalidade de prolongar em si a kenosis do Crucificado. Esse novo martírio consiste em renunciar aos bens e às comodidades, no trabalho manual que se transforma em esmola e na oração quase contínua.

O passo seguinte foi a passagem da vida eremítica para a vida no cenóbio e a pobreza, então, se integra na caridade comunitária. Sendo assim, o monge renuncia à capacidade de adquirir bens e de dispor deles. O seu único bem é o Amor de Deus e a caridade dos irmãos. O monge deve deixar todas as suas vontades e a capacidade de julgar para esse bem. Donde se conclui que a pobreza acaba desembocando na obediência.

São Bento aprofundou mais a prática do despojamento pessoal, pelo qual o monge (segundo o direito romano), por meio da comunidade, tem consciência de que oferece a Deus o seu dom maior: a própria pessoa. A pobreza se torna, então, um aspecto da partilha fraterna, segundo o modelo da primeira comunidade da Igreja de Jerusalém. Por isso, o beneditino ora e trabalha, trabalha e ora para partilhar a fraternidade. O fruto do trabalho não é esmola e muito menos fuga do ócio, mas um bem espiritual para quem trabalha.

Mas o trabalho, cedo ou tarde acaba se capitalizando. E nós pensamos, quem sabe, como os fariseus, nas grandes propriedades das abadias medievais e nas suas construções monumentais. Houve, então, uma crise: não podemos aceitar essa prosperidade! Essa crise trouxe a saudade das origens; e o monaquismo se reformou ou se renovou, tendo como resultado novas instituições mais pobres. Depois de um período verdadeiramente evangélico e, especialmente com o aflorar de muitas vocações e com o recebimento de inúmeras doações, essas instituições se tornaram novamente prósperas e, ao mesmo tempo, desejosas de mais autenticidade. Surgem, então, as ordens mendicantes.

Seria muito simplista apresentar os mendicantes como se tivessem surgido por geração espontânea; sua origem é fruto de uma

longa história, que não é o caso de recordar aqui. Os franciscanos e dominicanos surgiram por uma autêntica exigência de pobreza pessoal e comunitária, segundo um rígido ideal evangélico. Essas Ordens não surgiram para contestar a decadência dos mosteiros e da hierarquia da Igreja, como faziam os grupos de tendências pauperizantes, cujo fim foi a heresia. As novas instituições religiosas foram mais do que um terremoto e provocaram uma “epidemia de pobreza” numa Igreja estruturada em base ao sistema de benefícios. Mas até São Francisco, que é considerado, na história da Igreja, como o santo que mais mergulhou no mistério da pobreza, teve que renunciar a boa parte do seu ideal, quando foi preciso institucionalizá-lo. Para ser franciscano de acordo com a instituição mais genuína do coração de São Francisco, era necessário ser sempre jovem, sadio e santo! Mas a compreensão de São Francisco e, depois, uma certa lógica humana dos seus sucessores, temperaram o ideal franciscano primitivo; esse ideal, ao longo da história, fascinou e ainda fascina os corações e se traduz em realizações concretas e generosas, mas não muito estáveis!

O surgimento dos *Clérigos Regulares* corrigiu uma deformação inconsciente provocada pelas ordens mendicantes, ou seja, a de reduzir o Evangelho inteiro à pobreza. A pobreza foi, então, colocada no lugar certo: ela é meio para chegarmos à perfeição cristã, que consiste na caridade; no entanto, não foi tirada da pobreza a sua auréola de “rainha” que, de um jeito ou de outro, ela ostentou nos séculos anteriores. Na primeira metade do século 16, a questão da pobreza na Vida Religiosa foi muito mais sentida do que se possa imaginar. Nesta época surgem os Capuchinhos (foi uma volta ao rígido franciscanismo); Santo Inácio padeceu um bocado para definir o tipo de pobreza a ser vivido pela Companhia de Jesus; São Caetano se referiu ao Evangelho e propôs a seus companheiros a forma de viver do próprio Evangelho. Veremos mais adiante a elaboração trabalhosa da pobreza barnabítica: ela surgiu a partir de um rigor paleofranciscano e foi reformulada, aos poucos, - por causa das perseguições, pelas circunstâncias, pela reflexão dos

nossos primeiros padres e, principalmente, pela ação do Espírito -, assumindo aquela fórmula sabiamente equilibrada, mas muito longe de ser adocicada, que foi codificada pelas Constituições de 1552 e 1579. É bom lembrar, no entanto, que todos os Clérigos Regulares entenderam a pobreza como ascética voltada para a privação e como disponibilidade para o apostolado.

As Congregações modernas insistem mais na pobreza pessoal e nem tanto na comunitária. Isso porque são vulneráveis a ações de supressão e de confisco de bens e precisam de uma certa organização para garantirem o seu futuro, se quiserem que suas obras continuem e também sua presença e seu serviço na Igreja. Depois do Vaticano II, todas as Congregações respiram novos ares. Talvez estejamos vivendo uma reviravolta histórica quanto à pobreza evangélica; mas, para que isso aconteça, precisamos muito mais de corações novos do que de uma nova mentalidade.

Nota: O original italiano deste livrinho foi escrito no final de 1980. Hoje, quase 40 anos depois, muita coisa já mudou. Fica a vontade de identificar as mudanças que estão em curso e tirar as conclusões para o futuro da Vida Religiosa.



Em matéria de pobreza é muito difícil conciliar o ideal com o real, sem cairmos ou na lassidão ou no rigorismo. É preciso procurar sempre o equilíbrio generoso!

A pobreza barnabítica

E nós, Barnabitas, como atuamos neste cenário? Qual é a “cara” da nossa pobreza?

Antes de mais nada, é preciso constatar que existe uma pobreza barnabítica. Antão e Bento, Tereza de Ávila e Charles de Foucauld foram pobres evangelicamente. Muito iguais e tão diferentes, não tanto nas suas orientações básicas, mas especialmente nas suas motivações e expressões concretas de vida! Não foi à toa que todas as Regras das Congregações religiosas (inclusive as Constituições de nosso Fundador) deem mais espaço ao capítulo sobre a pobreza do que àqueles sobre a obediência e a castidade. A diversidade entre os Institutos, quanto à obediência, é muito mais a intensidade com que ela é vivida do que a qualidade da mesma vivência. Já quanto à pobreza, acontece o contrário: predomina o estilo de vida sobre a intensidade da vivência. A história de cada Instituto religiosa o demonstra.

E Santo Antônio Maria Zaccaria? Podemos distinguir, na sua vida, duas etapas diferentes em relação à pobreza: antes da fundação das suas famílias religiosas e depois.

A primeira etapa está fundamentada nos seguintes pontos da doutrina zaccariana:

1. As criaturas são boas em si mesmas e nos foram dadas por Deus para nos ajudarem no nosso caminho de fé. De fato, a ordem e a beleza das criaturas nos revelam algo da beleza e da inteligência de Deus (20601), elas nos ajudam nas nossas necessidades diárias (20601) e nos revelam o jeito de Deus e servem de degraus para nós chegarmos até Êle (20601).

2. O desequilíbrio inicial da humanidade, no entanto, mascarou o nosso relacionamento com as criaturas, tornando-nos exageradamente inclinados para elas (o nosso santo dizia que estamos “*embriagados pelas coisas*” (20414) e que somos “*loucamente desejosos das coisas e do poder*”, ou seja, ficamos com água na boca por causa dos bens materiais (20131) e que as próprias criaturas são capazes de atrair para si as reverências e a adoração que

são devidas somente a Deus, tornando-se, portanto, nossos ídolos (20129-20131). O homem deve voltar a ter, como referência, a sabedoria do plano original de Deus; deve lidar com as criaturas, visto que Deus no-las deu para isso, mas não pode prender seu coração a elas (*“separe-se de todas as criaturas”* (20611); *“... para que você possa chegar a Deus e isso será pelo caminho da separação e do afastamento de todas as coisas, recebendo o fruto e o uso delas, mas deixando de lado todo o afeto para com elas.* (20616). De fato, é o apego do coração que cria a idolatria em relação às coisas (*“O pior em tudo isso é que você fez imagens das criaturas e as adora. Irmã, que amor você tem àquele livrinho, àquele canivete, àquela imagenzinha!”* (20136); *“Não faça nenhuma representação daquilo que existe no céu e na terra, ou nas águas que existem debaixo da terra”, nem coloque nelas a finalidade da sua vida”* (20120); o apego endurece o coração, tornando-o inescrupuloso (*“Mas que homens miseráveis! E isso não lhes parece pouco. Juram falso como se fosse a verdade e a verdade como se fosse a falsidade, o bem como se fosse o mal, e o mal como se fosse o bem, o justo como se fosse o injusto e o injusto como se fosse o justo, o duvidoso como se fosse o certo e o certo como se fosse o duvidoso. ... Que coisa! Desde que ganhem o seu dinheiro, o resto não lhes interessa!”* (20221). Quem está obcecado pela riqueza, pode passar por cima da moral, mesmo que não o queira (cf 20620) e normalmente atropela a justiça, arrastado pela própria avareza (*“... você está apegado aos seus pertences. Pense que toda forma ilícita de ganhar bens leva à perdição eterna, quer você tenha adquirido esses bens de forma indevida, quer ficando com eles para você ou coisa parecida. Mas não é só isso não! Esses bens são causa de males sem fim, que você mesmo poderia enumerar. Não se esqueça, também, que Deus os compara aos espinhos que, nascendo, sufocam o trigo. Paulo diz que a ambição é causa e raiz de todo mal e sobre a avareza diz que “é própria dos idólatras”. E Jesus disse que a caridade acaba quando a avareza domina. E Paulo diz que, nos tempos atuais, quem vai dominar são os homens soberbos, “metidos”, desenfreados,*

avarentos e seguidores somente de suas opiniões” (20127).

3. A necessidade de lidar com as coisas deve ser na medida certa, ou seja, devemos manter distância delas através de um gesto de independência: a renúncia. *“Para que você possa chegar a Deus e isso será pelo caminho da separação e do afastamento de todas as coisas, ... é indispensável ... que você seja capaz de se afastar de tudo, de você mesmo”* (20616). Fazendo várias citações bíblicas, o nosso Santo diz que a renúncia vem sempre antes da conquista: os hebreus tiveram que renunciar ao Egito para terem a terra prometida; durante a travessia do deserto, tiveram que deixar acabar toda a farinha, que tinham levado consigo, para terem o maná; Abraão teve que deixar sua pátria e seus sentimentos afetivos mais preciosos, se quisesse fazer parte dos planos de Deus; os apóstolos tiveram que se resignar com a volta de Cristo ao Pai, se quisessem receber o Espírito Santo. Por isso, conclui o nosso Santo, *“para que você possa chegar a Deus, isso será pelo caminho da separação e do afastamento de todas as coisas”* (20615). Um certo rigor no tratar a nós mesmos não nos faz nenhum mal e será muito melhor se se transformar em obras de misericórdia: *“Dê de comer a quem tem fome, de beber a quem tem sede, veste o nu, acolhe o peregrino e visita o doente, liberte o preso ...”* (20326). Porém, tudo seja feito com reta intenção e caridade, porque *“A esmola, sem amor, não vale nada! Até prejudica!”* (20408) *“e as próprias obras não servem, quando não estão marcadas pelo amor”* (20411).

4. O exemplo de Cristo é a razão suprema para praticarmos o afastamento das coisas, a fim de abraçarmos com amor uma vida de pobreza. *“Por acaso você pensa que o caminho certo que leva ao céu seja o possuir muitos bens? Muito pelo contrário! Cristo disse que os ricos dificilmente se salvam e que as riquezas são espinhos e, com seu próprio exemplo, viveu extrema pobreza!”* (20413). A pobreza de Cristo deve estender-se por toda a Igreja por meio da nossa participação voluntária na sua kenosis. Essa participação tem sua expressão máxima na pobreza. É a pobreza que tem influência concreta sobre a pessoa humana por inteiro (corpo e alma), ao

desimpedir o caminho que nos leva ao amor completo e indiviso. Veremos mais adiante, que esta ideia, mais aprofundada e elaborada, será a característica da pobreza barnabítica.

5. Mas, como o homem nunca deixa de ser homem limitado, sua gana de possuir, mesmo que abrandada, ficará sempre nele, pois “*é instinto natural*” (cf 20622 e 20623). Por isso, o Fundador nos aconselha a sublimarmos este instinto, orientando-o para a posse dos bens eternos e, mais do que isso, para a sua posse plena e total. Nesse ponto, a doutrina sobre a pobreza se mistura com a doutrina sobre o fervor, que deve ser obtido de maneira estável (cf 10504); aí podemos dizer que todos os nossos problemas espirituais ficam resolvidos. “*De que serviria a alguém ter muitas virtudes, se lhe faltasse uma? De que serviria ter todas as virtudes e não se esforçar para conseguir o máximo delas? Quem descobrir que é assim, reconheça que não quer honrar a Deus o quanto pode*” (31244), “*Você deve evitar de forma absoluta este modo de falar: “não tenho a intenção de fazer muito bem”, porque dizendo assim, está sempre em perigo e também abate e enfraquece o instinto natural, que procura fazer quanto pode. Diga-me: você deseja apenas uma parte da santidade, ou toda ela? Você deseja só alguns bens, ou todos os que você poderia ter ou não ter? Só alguma ciência e não mais? E assim por diante, em todos os outros seus desejos. Todos querem, cada vez mais, alcançar o fim; o fim da sua vontade é o bem e, por isso, você o deseja totalmente e não só um pouquinho*” (20622). “*Ó homem mesquinho! Deus abandonou tudo: honras, riquezas, toda a sua glória, por sua causa, como Ele mesmo disse: “o que mais eu deveria ter feito pela minha vinha, que não fiz?” (Is.5,4). Agora, você desejaria servi-lo, amá-lo, honrá-lo só um pouquinho e não mais intensamente? Não fale mais isso! Pois, além de deturpar o instinto natural que Deus lhe deu, além de não retribuir a Deus por tudo que você recebeu dele, você ainda prejudica a si mesmo, porque não progride no caminho de Deus. E não progredir no caminho de Deus é parar, é voltar pra trás*” (20623). “*Se vocês se dedicarem à verdadeira devoção (que outra coisa não é senão a*

pronta vontade para fazer as coisas de Deus), se vocês atenderem a Ele e não à doçura exterior, vocês se tornarão, finalmente, tão fervorosos, que não se limitarão às coisas da bondade de Deus. Dessa forma, as adversidades não os deixarão tristes e até os alegrarão e, nas mentes de vocês estarão tão elevados, que as coisas da terra não mais os preocuparão” (31240)

Ao contrário da primeira, na segunda fase da sua vida, o Santo Fundador insiste quase exclusivamente no exemplo de Cristo e na nossa participação ativa na kenosis de Jesus. A linha que delimita a “vida em confraternização” e a “vida religiosa”, como foram os primeiros tempos da nossa Congregação foi justamente a pobreza. Diz o Pe. Soresina, que os nossos Maiores trouxeram de casa “*tudo quanto lhes pareceu necessário*”. Viviam a fraternidade, mas não a igualdade, primeiro critério para a pobreza em comum. Não foi por acaso que, exatamente na festa de São Francisco do ano de 1534, após o inflamado sermão (cf 20701-20717) de Santo Antônio Maria Zaccaria, todos tenham decidido viver seriamente a vida religiosa praticando a pobreza. “*Daquele dia em diante -diz o Pe. Soresina -, começamos a viver juntos e pobremente*” (Pequena Crônica “C”).

É possível reconstruir o perfil concreto da pobreza vivida pelos nossos Maiores, a partir das Constituições do Fundador e da nossa história, mas não podemos perder de vista o espírito que dava vida àquele perfil. Durante os anos vividos na região da igreja de Santa Catarina, nossos Maiores meditaram profundamente sobre a kenosis do Crucificado; e como oração e vida têm que estar de braços dados, o comportamento diário deles foi o de uma vida crucificada quanto à vontade e na própria carne. Esse comportamento se manifestou sob formas de obediência e pobreza absolutas, que podemos considerar até exageradas. Aquela vida era uma verdadeira kenosis pessoal, pois eles queriam imitar a kenosis do Salvador.

É significativo para nós, que, nos processos que a Inquisição moveu contra os nossos Maiores, quer em 1534, quer em 1537, eles tenham sido acusados de querer reviver os erros de Begardi e dos Pobres de Lyon, ou seja, os excessos na vivência da pobreza..

Os nossos Maiores viviam do próprio trabalho e de esmolas, numa austeridade heroica. As Constituições do Fundador, mesmo não tendo sido promulgadas oficialmente, revelam o clima autêntico dos inícios e nos apresentam um quadro bastante completo: a casa em que eles moravam tinha sido uma esmola da Condessa Torelli, não possuíam nem terras, nem rendimento anual de qualquer espécie, seja em dinheiro, seja em mantimentos. Se eles recebessem em herança qualquer coisa que fosse, tudo deveria ser recusado e revertido em favor dos herdeiros da pessoa que fizera o testamento. Eles podiam ter uma pequena horta cultivada por eles mesmos, mas campos, prados e bosques de jeito nenhum! A casa deles não podia ter aquecimento interno e devia parecer muito mais com os casebres dos camponeses do que com as casas da cidade e deviam ter poucos móveis e tudo mal acabado! Até a igreja, que eles, de propósito chamavam de oratório, devia mostrar a mesma pobreza e austeridade: humilde e despojada, sem esculturas e imagens, sem tapetes e estandartes, sem quadros de valor; a torre não devia ter mais de dois metros de altura e ter um sino só. As Missas e outros serviços religiosos deviam ser gratuitos e, se por alguma razão, recebessem alguma esmola por esses serviços, os recursos deveriam ser administrados por um grupo de leigos que, nunca poderiam empregá-los em favor da casa religiosa e nem para enfeitar a igreja; era proibido contrair dívidas e fazer empréstimos, a menos que fosse em favor de algum confrade doente. as roupas eram de lã bruta e de uso comum, ou seja, *“que um possa vestir o hábito do outro”* (30405); no dar e emprestar, eles deveriam ser “generosos e alegres”, renunciando muito mais às coisas que emprestaram do que brigar para tê-las de volta; podiam pedir esmola de porta em porta, mas que fosse suficiente para a alimentação de um dia só. O ecônomo, ao receber os subsídios que a Condessa Torelli dava, talvez mensalmente, aos nossos Maiores, devia gastá-los totalmente no mesmo mês, empregando-os nas necessidades da casa ou dando esmolas para os pobres de modo que começassem do zero o mês seguinte. Se, por acaso, ele transgredisse essa regra pela primeira

vez, deveria ser punido com tres dias de jejum a pão e água; na segunda vez, ele deveria submeter-se à “excomunhão monástica” (ficar separado da comunidade religiosa e proibido de comungar) e, na terceira vez, deveria ser expulso da Congregação. A comida era paupérrima, o jejum era frequente, salvo quinze vezes por ano, nas solenidades maiores, e isso era concedido para “*evitar a soberba e a ambição*” (30501), quer dizer, para tirar deles a satisfação de poderem dizer: nós observamos a abstinência perpétua (cf 30402, 10202, 30001 e 30501).

O Pe. Soresina afirma com detalhes, num documento contestado pelos historiadores, mas que certamente é autêntico, que a comida deles era de uma pobreza extrema, mesmo nos dias em que era permitido comer carne: “*Os padres não comiam outro tipo de carne, a não ser ossinhos e alguns pedacinhos de carne que ficavam agarrados às peles que eles levavam para condimentar*” (Rivivere, 3, p.94). Além disso, para entendermos o que o Santo Fundador quer dizer com “*roupas comuns*” (30405); é importante consultar um documento das Angélicas anterior ao ano de 1552 que atesta: “*Desde o primeiro dia até hoje - e Deus nos dê infinitas graças -, colocamos em comum tudo de viver e de vestir, de tal modo que uma não sabia mais o que era seu, fosse hábito, camisa ou qualquer outro pano depois que lhe fora tirado do corpo. E mesmo que as futilidades próprias do nosso sexo (vaidades e não outra coisa) tenham diminuído, pouco a pouco, o aviltamento e o desprezo de nós mesmas, que havia no começo, quanto ao comer e ao vestir, Deus conservou firme o que é essencial deste costume de vida em comum* (Arch. S. Barnaba, App., Q.IV.26, int, 1º ff. 8-8v). Este documento atesta que as Angélicas seguiam totalmente a disciplina dos Padres.

A hospitalidade era assumida “*com bondade e alegria*” (30705), sem limitar o tempo de estadia dos hóspedes. A única coisa que não se tolerava nos hóspedes era a pretensão de não seguir as normas da nossa pobreza quanto à comida. De fato, qualquer concessão quanto à alimentação era taxada de “*vício de gula*”. Podemos constatar, com grata surpresa, o quanto o Fundador ficava

profundamente aborrecido com esse vício (“*o demônio está controlando os gulosos*” 31713 e “*gula, vício que está sempre acompanhado de muitos outros e nós temos horror e repugnância de tudo isso, tanto nos outros, como nos nossos confrades.*” 30706), logo ele, que, nos primeiros anos de seu sacerdócio, tinha uma visão liberal a respeito da gula, como disse no 6º Sermão: “*Quer evitar o pecado da gula, que, talvez seja um pecado leve? Deixe de lado, algumas vezes, qualquer coisa saborosa que lhe seja permitida*” (20621). Mas, nas Constituições, a sua rigidez é total: “*Se você ainda não chegou ao ponto de comer sem sentir prazer, pelo menos não coma só por prazer. Tenha cuidado, porque, atrás da desculpa da necessidade de comer, pode estar escondido o veneno da sensualidade. Quem souber dominar a gula com discricção, vencerá a soberba e, sem dúvida alguma, fará progressos. Por ter de comer e beber, considere-se indigno da conversação com os anjos, com os santos e com os que ainda estão neste mundo. Compare-se aos animais, que têm a sua máxima felicidade na sensualidade corporal*” (30506).

Mas, nós estaríamos errados se insistíssemos só nesse aspecto exterior da pobreza de Santo Antônio Maria Zaccaria e de seus primeiros filhos. Também para ele, a pobreza não é um bem absoluto, mas apenas uma maneira de mostrar claramente a caridade. Há uma frase reveladora nas Constituições, em que se diz ao Visitador para salvaguardar a finalidade da visita, que é “*querer amar a Cristo*” (31901), considerando todo o resto como relativo: “*Como o nosso fim principal é o conhecimento de nós mesmos e a vitória sobre nós mesmos, a imitação da bondade e da simplicidade cristãs, abraçar os insultos e querer amar a Cristo, o visitador e reitor deve sempre procurar este fim. Contando que possa conduzir os irmãos a este fim, o visitador não se preocupe se os deve levar pelo caminho da extrema pobreza ou se, constatando a fraqueza e as condições de tempo e idade dos irmãos, deve conceder-lhes algumas coisinhas, mas não muitas. Se for conveniente impor alguma coisa, veja bem o que leva a este fim*” (31901). A finalidade principal da vida de

pobreza é, portanto, dar testemunho do Deus-amor, impregnando, em nós, o exemplo da kenosis de Cristo. O nosso Fundador vê o pobrezinho de Assis, não tanto no seu aspecto de renúncia às coisas materiais, como no aspecto de renúncia a si mesmo, para revestir-se amorosamente da kenosis do Mestre: *“Ele aceitava todos os deboches como se fossem pedras preciosas enviadas do céu; as ofensas lhe agradavam mais do que os elogios! Desejava mais sofrer por causa do Cristo, do que ter alegrias por causa das felicidades do mundo! E agora, ele ocupa um lugar mais alto e mais glorioso no céu, porque foi mais humilde e rebaixado aos seus próprios olhos e aos olhos dos outros aqui na terra”* (20714).

Também fazia parte da vida de pobreza, colocar em comum os bens espirituais. Esta prática estava de acordo com a tradição atestada por Cassiano, e foi amplamente vivida pelos nossos Maiores; de fato, nos capítulos diários, eles prestavam contas de sua situação espiritual, da mesma forma que o ecônomo o faz de sua gestão.

Mas, a máxima expressão de pobreza era, sobretudo, a renúncia à própria vontade: na verdade, essa é a expropriação mais dura! Deixar os bens materiais pode não ser uma renúncia muito grande, mas deixar a si mesmo é um esforço enorme! Aquele que deixou tudo, mas se fecha em si mesmo, não é pobre de verdade. Daí, a insistência do nosso Santo, para que haja uma quebra das nossas vontades e um esvaziamento total de nós mesmos, a exemplo de Cristo. As nossas antigas Constituições falavam assim da obediência: *“hujus Instituti caput est”*

Mas, se a pobreza não tiver o seu apoio na humildade, corre sério risco de servir de pedestal para a soberba! Por isso, Antônio Maria se apressou para colocar a pobreza lado a lado com a humildade. Infelizmente, o homem é tão sem juízo, que realiza obras meritórias só para aumentar os “seus méritos” no céu. Dessa forma, ele acaba por considerar a pobreza como um bem de consumo. O Santo Fundador nunca usa a palavra “mérito” nos seus Escritos, a não ser na Carta endereçada ao Frei Batista, uma vez só e com claro sentido negativo (cf 10111). Ao contrário, ele fala, várias vezes

de “dívida” e de “dívidas”. Renunciar aos bens materiais com a finalidade de acumular bens espirituais é o pior reavivamento da nossa ânsia de possuir. Santo Antônio Maria conhece esse perigo e nos apresenta a vida espiritual como o compromisso de assumir uma dívida que jamais conseguiremos pagar; pelo contrário, quanto mais a pagarmos, tanto mais estaremos condenados a vê-la crescer. “*Cresça o quanto você pode, porque você é cada vez mais devedor!*” *Jamais algum Noviço e também nós, irmãos, pense ter feito muito, mesmo tendo as coisas que foram citadas acima em grau de ardente desejo: porque, quanto mais pagamos, tanto mais ficamos devedores de coisas maiores ainda.*” (31245). Creio que esse seja um dos pontos mais bonitos da doutrina do nosso Santo, pois esse ponto é um dos que dá asas ao amor e ao reconhecimento.

A pobreza, entendida desse modo, não foi um problema prático para o nosso Fundador; o mesmo não se pode dizer do ponto de vista teórico, pois a caridade da Condessa Torelli supria a falta de recursos, quando o trabalho dos padres não era suficiente para tanto. Mas, por quanto tempo? E se viesse a faltar essa caridade? Como os padres poderiam prover seu próprio sustento, uma vez que as Constituições proibiam, de forma categórica, qualquer tipo de posse ou de renda, mesmo que fosse comunitária? O Santo Fundador sabia muito bem disso, mas sabia também, que as coisas, mesmo quando são poucas, sempre tendem a aumentar e a capitalizar-se. Por isso, manteve, de forma intransigente, a primeira proibição, até conseguir uma melhor solução.

Depois da morte do Fundador, este problema se tornou muito sério. Por diversas razões, acabaram as subvenções da Condessa Torelli, mas, após um período de miséria absoluta, os nossos Maiores tiveram a sorte de poder contar com a caridade da parte de Giulia Sfondrati. Mas a Congregação entendeu que protelar o problema não era a solução; sendo assim, o problema foi abordado oficialmente nas consultas feitas durante o Capítulo Geral de 1552, que teve como finalidade promulgar as novas Constituições. Na seção de 27 de outubro, os Padres aprovaram unanimemente, que *seria*

permitido possuir comunitariamente, permanecendo a proibição de qualquer tipo de capitalização, e insistiram na necessidade da pobreza individual: “Os Clérigos da nossa Congregação não reivindicuem para si a posse de coisa alguma, lembrados da pobreza de Nosso Senhor Jesus Cristo. Eles podem, no entanto, ter posses em comum e ter renda tal que supra as suas necessidades. Tudo o que sobrar, seja dado aos pobres.” (Premoli, I, 525).

Esta última frase determina a diferença entre as Constituições de 1552 e as de 1579. Nestas últimas, não se diz mais que os excedentes do balanço financeiro devam ser dados aos pobres, e sim, entregados na fundação de novas casas e de novas obras a serviço da Igreja. As Constituições de 1552 ainda estavam ligadas à letra e à inspiração do Santo Fundador; ele impunha ao ecônomo que desse, todos os meses, esmola aos pobres, de todo o excedente, que não tinha sido gasto para suprir as necessidades da casa; já as Constituições de 1579 seguiram as normas promulgadas pelo Concílio de Trento. Mas, no terceiro capítulo do segundo livro dessas Constituições, se insiste na dupla dimensão da pobreza: *pessoal* (“Este é o grau da nossa pobreza: que seja permitido possuir, na comunidade, bens que sejam comuns a todos e que satisfaçam as necessidades da vida e do Instituto; mas ninguém pode ter nada de próprio”) e *comunitária* (“Cuidem, quanto à pobreza, não só das coisas pessoais, mas também das comuns a todos, isto é, seja qual for o modo de cuidar das coisas comuns, cada um as use da maneira mais moderada possível”) e concluem assim: “Não podemos violar, de forma alguma, a pureza da pobreza e da vida comum”.

Graças a Deus que a nossa história não teve que registrar graves abusos em matéria de pobreza, como aconteceu em outros institutos. Os decretos e admoestações dos capítulos gerais se limitaram a recomendações genéricas, *solicitando* que se entregassem, em dia e a tempo, os diversos balanços, *lembrando* que não se gastasse mais do que o fixado nos capítulos e *condenando* os abusos quanto ao vestir, ao apresentar-se com cabelos longos e barba segundo a moda de época, ao uso de sapatos com fivelas de prata

e de enfeites seculares no hábito religioso. Essas condenações se referem principalmente aos costumes pomposos do século 18.

Quando Napoleão, em 1810, baixou o decreto de supressão das corporações religiosas, todas elas foram varridas do mapa, mas nós, Barnabitas e os Somascos, por causa do serviço prestado ao Estado através das escolas, fomos tratados de maneira mais favorável. De fato, mesmo que nos tenham confiscado os bens, pudemos ganhar, em vida uma boa pensão anual: 800 libras para os sacerdotes e 600 libras para os irmãos. É claro que a vida comunitária estava proibida, mas alguns dos nossos, sem dar na vista, conseguiram viver juntos, apresentando a desculpa do magistério ou da assistência às igrejas. Os menos fervorosos se aproveitaram da avalanche revolucionária para deixar a Congregação e, assim, começarem um novo estilo de vida pessoal, mas a maioria permaneceu fortemente ligada afetivamente à família religiosa, não vendo a hora de poder retomar a vida comunitária.

A recuperação qualitativa dos Barnabitas, mesmo que tenha sido, de certa forma, afortunada, se arrastou lentamente e com muito desgaste, de 1816 a 1825. Em 1823 foi celebrado o Capítulo Geral, o que não acontecia desde 1807. Foram, então, resgatadas casas, igrejas e propriedades rurais com a ajuda de amigos e benfeitores. Qualquer sacrifício foi bem aceito, mas a Congregação estava tão pobre, que os religiosos só tinham assegurada uma parte da alimentação e do vestuário; para o resto, era preciso se virar com a pensão que recebiam do Estado, com as ofertas dos amigos e com algumas intenções de Missa (por exemplo, em 1829 só se celebravam Missas tres vezes por semana). Essa nova situação não quer dizer que eles administravam o dinheiro de maneira pessoal, mas retomaram uma decisão do Capítulo Geral de 1689 que permitia que houvesse em cada casa duas caixas: uma do colégio e outra da comunidade; nessa última é que ficavam depositadas as pensões, as ofertas e os bens pessoais. Os religiosos podiam dispor desses bens, desde que conseguissem a devida licença. Como podemos ver, a vida comum foi restabelecida, mas não a vida regular, especialmente quanto à

pobreza e também não foi preservada a equanimidade prescrita pelas Constituições.

O padre Ungarelli, o grande apóstolo da recuperação da vida regular na Congregação, apresentou ao Capítulo Geral de 1838 um memorial, que se conserva, escrito de próprio punho, nas Atas capitulares, no qual ele implora aos capitulares que lavrassem um decreto extinguindo a distinção entre os dois caixas e obrigando os religiosos a colocarem tudo em comum, como prescreviam as Constituições. A partir dessa decisão, ele previa o reflorescimento da Congregação, uma vez que os jovens, dos quais ele era Mestre em Roma, desejavam viver a pobreza de forma integral e se escandalizavam ao verem que as Constituições não eram observadas num ponto tão fundamental. As discussões a respeito desse assunto foram longas na aula capitular. A maioria tinha medo que a Congregação não desse conta de sobreviver financeiramente e precisasse de contrair novas dívidas, caso assumisse a responsabilidade de prover a todas as necessidades. Foi assim que o Capítulo, mesmo desejando a volta da observância regular, se limitou a votar, mesmo se lamentando, uma “observação”, que expressava o desejo de voltar, o mais rapidamente possível, à perfeita vida comum, mas adia sua execução para quando viessem tempos melhores. Enquanto isso, prescrevia aos superiores que fossem rígidos na concessão de licenças: (*“O Capítulo Geral opta, por unanimidade, que se faça memória, se restitua e se instaure, na Congregação inteira, o estilo de vida que leve à perfeição dos primeiros tempos, do mesmo modo que os nossos Maiores se impuseram de maneira muito louvável, e que permitiu conhecer a florescente condição que a Congregação apresentava no passado. Em verdade, geralmente, nada se podia proibir, naquela época, além da propriedade e do uso do supérfluo (Const. II, 3). Os superiores que eventualmente venham a ser eleitos, sejam obrigados pelas entranhas de Jesus Cristo a cuidar, de todas as maneiras, para que os seus súditos fiquem livres de toda corrupção e a não dar licenças com facilidade, de tal modo que eles mesmos não sejam passíveis de acusações e nem mereçam a*

condenação eterna” (Arch. Gen. S. 91, 9 de maio de 1838).

O padre Ungarelli não baixou a guarda e voltou à carga, no Capítulo Geral seguinte, demonstrando com um novo memorial (conservado nas Atas), que o pecúlio estava proibido desde o Concílio de Trento, que as Constituições falavam claramente e que a própria vida lhes dava razão; de fato, a maioria dos religiosos, esbanjava em coisas fúteis e supérfluas, o dinheiro que, se fosse colocado em comum, poderia perfeitamente ser suficiente para todos. O padre Ungarelli continuou assegurando que os jovens barnabitas tinham total intenção de viver a pobreza, conforme as Constituições prescreviam. Ele fazia notar que os jovens, naquela época, eram mais numerosos que os de outras idades e que, portanto, tinham direito de ser escutados (Arch. Gen., S.92). Mas, - nem dá pra acreditar -, apesar da comissão que tratou do assunto ter apresentado parecer favorável ao memorial, ao chegar à aula capitular, foi rejeitado. O Capítulo se limitou, então, a promulgar uma nova orientação, que dizia aos superiores locais que reduzissem as licenças e que se assegurassem de que os interessados tivessem uma licença escrita do Superior Geral, para que pudessem dispor dos bens. Parece que as dificuldades financeiras daquela época beirassem a tragédia, para que o Capítulo Geral, primeiro responsável pela observância regular na Ordem, não levasse em conta as exigências de quem desejava viver segundo as Constituições!

Mas não teve jeito, pois as ideias do padre Ungarelli circulavam mais e mais e convenceram o novo Superior Geral, o padre Paolo Picconi, que conduziu a situação de tal modo a realizar o que quase todos desejavam. Manipular o dinheiro durante os anos da supressão napoleônica tinha sujado as mãos de quase todos, de modo que era necessária muita água e o melhor sabão para que elas ficassem limpas! O padre Picconi foi reeleito no Capítulo Geral de 1844 e, então, fez promulgar uma observação que acabou vencendo as últimas resistências: *“Por ordem do nosso Superior Geral, seja favorecida, em cada comunidade e em tudo, a equaninidade.”*

O padre geral Francesco Caccia completou este processo de

reforma da vida comum. De fato, em 1847, ele pediu que se acrescentasse aos votos solenes dos barnabitas, um juramento pelo qual todos deveriam zelar pela observância “*principalmente quanto à perfeição na vida de pobreza*” (Bullarium, p. 140). Esse pedido foi atendido aos 10 de janeiro de 1848. É uma pena que tenham abolido aquele juramento recentemente, porqu nós, mais antigos, o fazíamos com alegria! De qualquer forma, já no final do século19, todos os nossos capítulos gerais constataram que a distinção entre os dois caixas era só uma recordação do passado e que o pecúlio tinha sido abolido em toda a Congregação, mas não só, pois estava em vigor a “*perfeita comunidade de vida.*” prescrita pelas Constutuições. Algumas Ordens religiosas tiveram que penar para conseguir essa vitória, até que fosse promulgado o Direito Canônico e muitas outras não conseguiram, até hoje (1980) o que chamam de a “praga do pecúlio”.



Foto LANP - 29/06/2017

Milão - Itália

Pequena capela onde Santo Ambrósio teria batizado Santo Agostinho, no século IV da era cristã.

Ela foi a sede dos Clérigos Regulares de São Paulo de 1533 até 1545, antes que se transferissem para a igreja de São Barnabé

Algumas considerações práticas

Algumas virtudes ultrapassam teorias e tratados, porque esses, se ajudam a entendê-las, nos dão apenas uma ideia limitada delas, pois as doutrinas espirituais sempre brotam a partir dos exemplos e não o contrário. É por isso que uma virtude, para ser realmente *virtus*, isto é, *força*, deve nascer na realidade e conduzir à realidade.

O Concílio Vaticano II nos pede que busquemos novas formas de viver a pobreza, mas não quis dizer, com isso, que devam ser formas mais rígidas e sim, com maior transparência evangélica. Por exemplo, a mendicância não é mais vista, na atualidade, como um sinal glorioso da pobreza mas o trabalho sim, desde que seus frutos sejam colocados em comum. A novidade é, portanto, uma verdadeira conversão pessoal, porque o testemunho de fachada não dura muito tempo.

No passado, a pobreza foi padronizada e reduzida a poucas prescrições, válidas para todos. Os juristas faziam uma distinção escrupulosa entre voto e virtude, mas esta distinção não tem nenhum valor teológico e o que se via na prática era que certos religiosos sempre tinham o que queriam, desde que conseguissem as devidas licenças. Hoje nós compreendemos que o conceito teológico e evangélico de pobreza é muito mais radical e exigente do que as prescrições canônicas e o Vaticano II nos ensina (PC 13) que não se salvaguarda a pobreza só dependendo dos superiores. Sendo assim, cada Instituto deve comprometer-se com a vivência da pobreza segundo o próprio carisma e de maneira sempre mais decisiva.

Antigamente, dávamos uma importância quase exclusiva à pobreza pessoal e quase nenhuma à pobreza comunitária. Hoje, por causa da lei da compensação, falamos tanto de pobreza comunitária, que quase passamos por cima da pobreza pessoal. Se quisermos ser coerentes e seguir o Concílio, devemos viver as duas, pois elas são complementares; todavia, a diferença entre elas não é muito clara. O que é da comunidade é, nada mais nada menos, o que é de cada um, desde que colocado em comum: o que um tem torna-se de todos. Sem pobreza pessoal não existe pobreza coletiva, da mesma

forma que não existe oração comunitária se, ao mesmo tempo, não for pessoal. Por isso, não vamos insistir muito na questão do testemunho. Só quem é pobre existencialmente poderá encontrar, mais cedo ou mais tarde, o modo de tornar a sua pobreza uma fonte de evangelização, a começar pelo mundo mais próximo, que é a sua comunidade, sabendo, porém, que mesmo um testemunho autêntico pode não ser acolhido, como nos diz o santo Fundador com dureza e ironia: *“Opõem-se a tais obras os demônios invisíveis, isto é, os túbios, que são incontáveis.”* (31806). É por isso que sempre se disse que a conversão interior deve vir antes do testemunho e que o desejo sincero de um confrade pode ser atrapalhado ou ajudado pelo ambiente comunitário.

O Instituto que tem menos bens não é, necessariamente, o mais pobre, e sim, aquele que tem bens e os administra segundo o Evangelho e de coração agradecido, como diz São Paulo em 1Tm 4,4: *“... tudo o que Deus criou é bom e nada é desprezível, se tomado com ação de graças”*, porque essa é a atitude de quem percebe que tudo o que tem foi recebido da gratuidade de Deus. *“Quem não acredita nisso, não acredita também que Deus tem carinho por nós e que não deixa cair um só cabelo de nossa cabeça e acredita menos ainda que Ele seja tão sábio, que torna todos os sábios desse mundo, loucos e ignorantes”* (10304), nos diz o Fundador. E diz ainda: *“Tudo o que existe se conserva, porque Deus põe a sua mão em tudo, mas se a retirar, tudo desaparece”* (20307). O que dá vida à nossa pobreza é justamente ter consciência de que dependemos da providência paterna de Deus.

Mas a Providência não é uma conta bancária. É claro que a pobreza é um investimento, mas se desvaloriza com o tempo. Muitas vezes Deus pretende que coloquemos uma faca na garganta do nosso filho, antes de providenciar um carneiro (cf Gn 22,1-13). O amor se mede pela capacidade de renunciar; é por isso que a pobreza exterior tem que dar autenticidade à pobreza interior. A pobreza tem que ser integral, não só quanto aos bens materiais, mas principalmente quanto aos intelectuais e espirituais, muito mais difíceis

de ser partilhados. Se nós acreditarmos de verdade que tudo o que temos vem de Deus, será mais fácil entender que o que nos é dado é para ser partilhado. Apegar-se aos bens espirituais é muito mais a idolatria do próprio eu do que dar glória a Deus, porque desfrutamos daquilo que não é nosso. O pobre de espírito não rouba nada, não se apropria de coisa alguma e nem se apega à própria pobreza, pois até isso seria um investimento. Aceita e agradece, não com a soberba própria dos auto-suficientes, que não sentem atração nem pelas coisas materiais, nem pela tendência natural ao bem-estar, mas se sente seguro como aquele que sabe e acredita que Deus é tudo para si ... que é seu Pai. Quanto a esta realidade, as expressões mais iluminadoras são as da famosa oração do Pe. De Foucauld: *Pai, eu me abandono em Ti; faz de mim o que te agrada. Eu Te agradeço por qualquer coisa que tu fizeres de mim, porque Tu és meu Pai*”,

Resumindo, que não seja desagradável prestar atenção aos pormenores, pois é justamente esta atitude que faz o religioso atualizar e fazer durar a Profissão dos Votos. Aliás, haverá pouquíssimas ocasiões de grande importância durante a nossa vida, mas as pequenas ocasiões são desafios a serem superados todos os dias.

O primeiro ponto a examinar é a distribuição de bens entre as comunidades, Estamos sempre prontos para ajudar o Terceiro Mundo, mas temos grande resistência para ajudar os confrades. Sabemos, no entanto, que há comunidades verdadeiramente necessitadas de ajuda e que estão sempre comparando o seu padrão de vida com o das “casas ricas”. As Constituições atuais dizem que o padre provincial deve “*zelar por equitativa repartição das posses entre as comunidades da província*” (268i). É bom conferir, também, o número 79. Se isso fosse feito de verdade, podemos imaginar o que poderia acontecer?

Graças a Deus, trabalhamos muito na nossa província; pelo menos procuramos fazer o melhor que podemos (*Trata-se da então Província Romana*). Trabalhar para conseguir o necessário para si e para os confrades já é um modo de viver a pobreza. Não é possível distribuir, se não tivermos o que compartilhar. Pensemos nas pesso-

as que acordam cedo para trabalhar e enfrentam tantos problemas, desde as variações climáticas até a circulação viária. Não somos piores que essas pessoas; pensemos também que o nosso trabalho é uma escolha de amor. O amor torna a vida cada vez mais nova e não a estraga. O ócio não faz parte da vida dos pobres e, em muitos casos, nem as férias.

Trabalhar é nosso dever. Por isso, não percamos de vista o que diz nosso Fundador para não perdermos tempo (31907) e “*Não saiam de casa por motivos sem importância, - como se costuma dizer, - só para passear, mas sim, por alguma necessidade urgente*” (30704). Só o túbio “*não fala mal do próximo, mas não acha que é um grande pecado gastar o dia inteiro em conversas fiadas*” (11102) e um dos sinais da decadência dos costumes são “*as frequentes conversas com gente de fora, com bons companheiros*” (31712). Quem se resguarda das sutilezas do seu tempo, nunca morrerá de fome: nem ele, nem os outros.

Não vamos confundir pobreza com economia burra. Muitas vezes, cometemos tantos erros por causa desse mal entendido. A mesquinha é sempre o resultado da avareza e obriga os religiosos a procurarem por outros meios, o que lhes é ou lhes parece necessário. As Constituições antigas prescreviam: “*De forma alguma se assumam outros meios que não sejam o da provisão comunitária para suprir o que eles (os religiosos) desejam e que lhes são necessários*” (II, 3). Essa é uma sábia prescrição e o próximo Capítulo Geral (1982) deveria reaproveitá-la nas novas Constituições. Acima de tudo, jamais sacrifiquemos valores espirituais com a desculpa de que é preciso economizar.

Nesses últimos anos, a pobreza de espírito, que Cristo anunciou, tem assumido uma conotação de luta para que os bens sejam distribuídos de forma equânime. Nós sabemos que a solidariedade para com os pobres não deve transformar-se numa fanática luta de classes. Devemos estar à disposição de todos que nos procuram, sejam ricos, sejam pobres. Quem trabalha em colégios ou em paróquias sabe que a maior carência que aflige as pessoas é a falta de Deus,

que não é uma realidade setorizada, mas está em toda parte. Sabe também que, debaixo de uma capa de bem estar pode esconder-se muita miséria, aliás, tanta deficiência que até nos amedronta. Quem não tem dinheiro, quase sempre tem riquezas mais preciosas: o amor na família, a paz, a alegria da serenidade. Já quem tem dinheiro, muitas vezes tem o inferno dentro de casa e um grande vazio dentro de si. Talvez sejam esses últimos os pobres, pelos quais nunca tenhamos a compaixão suficiente.

.A pobreza evangélica é consistir em aceitar os bens do Reino e em valorizar adequadamente os bens materiais. Essa é a contribuição da Igreja para a boa ordem desse mundo. Ela é sacramento de salvação sobrenatural; ela não é uma segurança temporal e jamais poderá transformar-se em anúncio do bem estar meramente humano e social. Jesus não veio para tornar o mundo mais organizado e justo; Ele veio para torná-lo mais fraterno, oferecendo-se a si mesmo como valor supremo de justiça. Daí se pode entender como é demagógica a posição de alguns movimentos pseudo libertários. Essa demagogia é uma manipulação do Evangelho, que não anuncia a pobreza e sim a riqueza, que, ao final, só troca de dono. Nós devemos pregar o verdadeiro Evangelho a todos: ricos e pobres. Afastemo-nos, portanto, da catequese da nova religião do antigo culto à riqueza. Fiquemos longe, também, das duas facções que estão continuamente em disputa por causa do mesmo fim antievangélico. O Santo Fundador quer que nos coloquemos do lado dos pobres, sejam quem forem: *“Nenhum dos irmãos receba, de quem quer que seja, esmolas pelas Missas ou por qualquer ofício religioso, mas rezem, pelo amor que têm a Deus, pelos mortos e pelos que sofrem necessidades, sem receber dinheiro. De forma alguma aceitem esmolas ...”* (30105).

O Pe. Gabuzio, nos conta na sua *Historia*, que o Santo Fundador repetia muitas vezes esta frase de Jó: *“Não se encontra a sabedoria na terra dos vivos com suavidade”*. Sabemos por experiência, que a vida da Congregação foi melhor naqueles períodos em que fomos tratados com maior rudeza. O Santo Fundador, escrevendo

às Angélicas diz ainda que “*o fato de não terem o controle de suas vontades, as levaria ao desleixo*” (10913). É oportuno, portanto, dar um ritmo à nossa vida, que nos deixe livres em relação às coisas materiais. Só se torna escravo quem considerar essencial as coisas de pequena importância. Os nossos antigos padres eram muito sábios, quando marcavam seus objetos assim: “Para uso de A ou B”; isso era um pequeno sinal, que mostrava qual era o ideal deles, mesmo que a vida não fosse perfeita no seu todo. E que sabedoria a de alguns mestres de Noviciado e de Estudantado, que não toleravam que os móveis do quarto fossem mudados de lugar! Eles nos diziam: “*Você está na sua casa, mas se comporte como se estivesse num hotel: use tudo, mas respeite tudo, porque nada é seu*”. Eu me lembrei disso ao ler a vida de São Francisco e vi que ele permitiu que seus frades tivessem a propriedade de igrejas e conventos, mas com uma condição muito precisa: que morassem aí como se fossem “peregrinos e estrangeiros”. Mas, ao contrário, quanto apego a coisas, a casas, a cargos, ... como se fôssemos verdadeiros proprietários! Não nos esqueçamos de que o termo “proprietário” é uma ofensa, quer para o Santo Fundador (20131, 30406, 31608), quer para as nossas antigas Constituições (II, 3 final). Não sejamos ingênuos, dando destaque para certas expressões dos mais simples que viveram nos “velhos tempos” e que diziam: “a nossa dor de cabeça, a nossa dor de dentes”. Um pequeno meio para nos referirmos ao primeiro ideal, era nunca usar “meu” e “teu”; isso não era uma coisa boba, pois fora até aconselhada pela Didaqué e o Santo Fundador prescreve para o Mestre de Noviços: “*Ensine-lhes a amar ardentemente e com tal força a Pobreza, que nunca digam a respeito de qualquer coisa: “Essa coisa é minha” e mais, fujam de qualquer atitude de apropriação, até de coisas insignificantes; dessa forma, amem a pobreza de tal forma que desejem que lhes faltem até as coisas mais necessárias, sabendo que, sob o pretexto da necessidade, os braços do supérfluo, muitas vezes, aumentam demais. Isso porque, do mesmo modo que a natureza contenta-se com pouco, da mesma forma a avidez é insaciável até tendo muita abundância supérflua.*”

(31211)

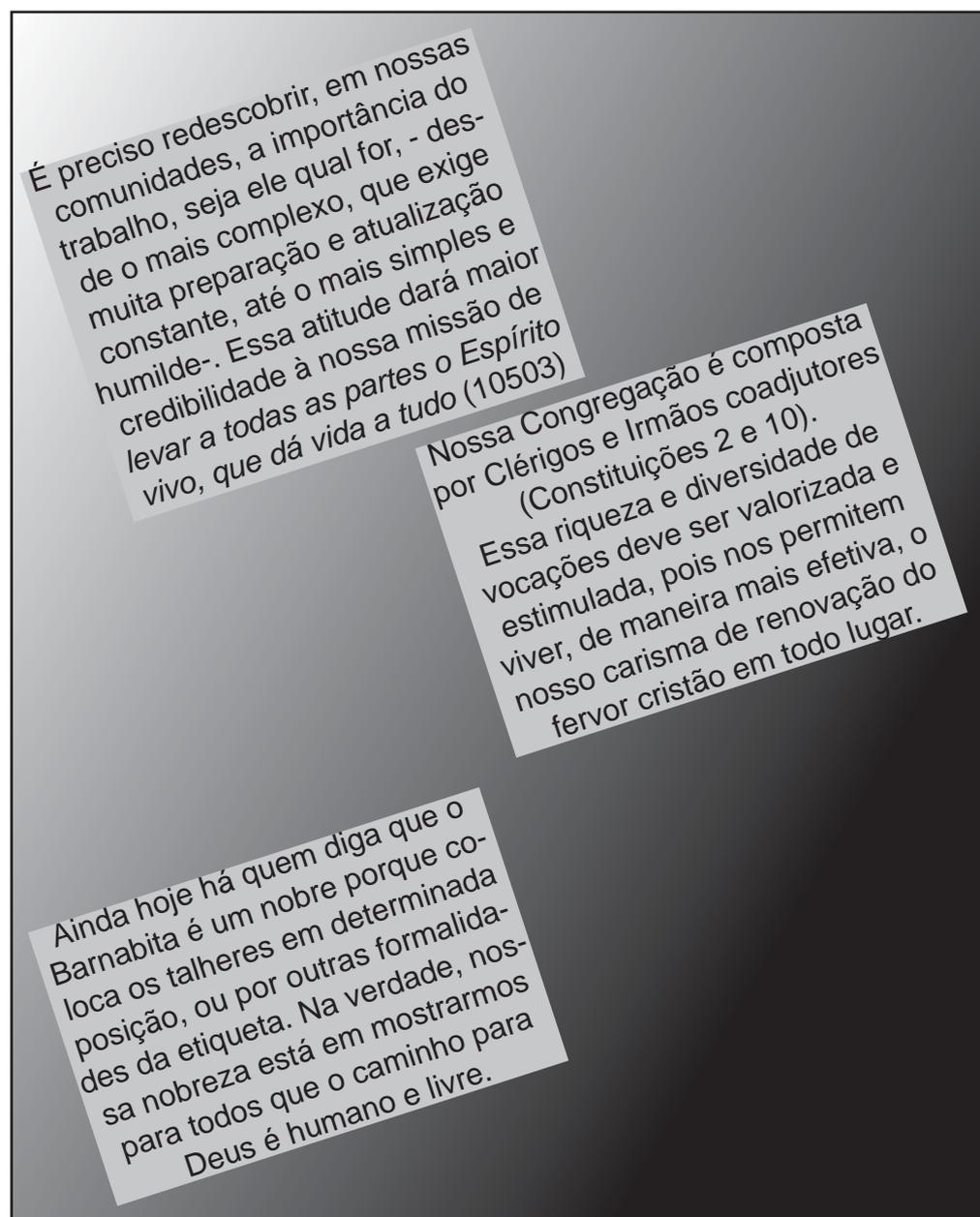
A verdadeira pobreza jamais se apresenta revestida de farrapos e de sujeira, mas se mostra limpa como a de Cristo, que aceitou vestir um manro de luxo. Se, na nossa casa há objetos de valor, não podemos descuidar-nos deles e nem deixá-los se estragar, só porque somos pobres. Por outro lado, não é o caso de desejar apenas produtos sofisticados, com a desculpa de que *“quem menos gasta, mais gasta”* (20136), cantilena que o Fundador já conhecia. Não devemos, também, nos deixar dominar pelo temor do futuro (*“... você está cheia de avareza: tem medo de ficar sem ar e sem chão para pisar. Você pensa que pode ficar doente por muito tempo e, por outro lado, a pobreza do mosteiro...”* (20136), diz o Fundador às monjas no seu 1º Sermão). Preocupar-se com o futuro enerva o coração e enche a cabeça de ideias estranhas e inúteis, muito mais do que o não ter fé na paternidade providente de Deus.

Para terminar, quem deseja ser pobre de verdade, deve negar a própria vontade e abraçar sempre a vontade de Deus, mesmo quando ela nos chega através de caminhos desconcertantes. A pobreza se completa com a obediência, que é a renúncia mais nobre e difícil, principalmente quando se trata de deixar coisas boas e bonitas. E quem disse que devemos oferecer a Deus só o que é desagradável e doloroso? Pode ser que o que é bonito nos seja concedido só porque nós o oferecemos em sacrifício a Deus! O único problema é saber se Deus aceita este sacrifício, mas a obediência garante que sim.

Tudo o que dissemos tem por finalidade conduzir-nos para a vivência de um tipo de pobreza que não seja encarada como provação e sim como bem-aventurança. Quem sobe ao altar todos os dias, pensando naquilo que faz, não deveria ter dificuldade para compreender que, como Cristo, ele deve ser “pão oferecido” e “sangue derramado” e não pão a ser oferecido e sangue a ser derramado, mas já oferecido e derramado e mais nada! Por isso, pobreza absoluta!

Quando consideramos a pobreza dessa forma, pa-

rece fácil vivê-la, mas, na prática não é assim: é ne-



Conclusão

“... vocês conhecem a generosidade de Nosso Senhor Jesus Cristo; ele, embora fosse rico, se tornou pobre por causa de vocês, para com a sua pobreza enriquecer a vocês.” (2Cor 8,9)

Quem, a exemplo de Cristo, se despoja de tudo, inclusive de si mesmo, provoca um vazio interior quase calamitoso, mas que será inevitavelmente preenchido por Deus.

Será a partir da maior ou menor intensidade da relação do nosso tu com o Tu de Deus, a partir da plenitude mais ou menos completa, de dons e de sentimento de pertença à Congregação, é que podemos julgar e resolver os problemas referentes à essência e ao alcance da pobreza na Vida Religiosa. Tudo se resume no amor e a pobreza só encontra solução se for uma forma de adoração.



ÍNDICE

5	Introdução
8	O âmago da pobreza ou pobreza interior
11	O corpo da pobreza ou pobreza exterior
15	O exemplo de Jesus
19	Um pouco de história
24	A pobreza barnabítica
39	Algumas considerações práticas
47	Conclusão